INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL — COTA SÔBRE AGUARDENTE — LEGALIDADE

— A cota a crescer ao preço da aguardente liberada é contribuição de natureza especial, fora das restrições constitucionais relativas a impostos e taxas.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Batista Miranda & Cia. versus Instituto do Açúcar e do Alcool
Mandado de segurança n.º 3.874 — Relator: Sr. Ministro
MACEDO LUDOLF

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de agravo de petição em mandado de segurança n.º 3.874, do Estado de São Paulo, em que figuram como agravante Batista Miranda & Cia. e agravado o Instituto do Açúcar e do Alcool:

Acordam os Juizes do Tribunal Federal de Recursos, em sessão plena, por maioria de votos, negar provimento, tudo de conformidade com as notas taqui-

gráficas anexas, que dêste ficam fazendo parte integrante.

Custas *ex-lege*.

Rio, 29 de outubro de 1954. — *Cunha Vasconcelos Filho*, Presidente. — *J. J. de Queirós*, Relator para o acórdão.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro João José de Queirós
— Batista Miranda & Cia. pediu mandado de segurança contra o Delegado

Regional do Instituto do Açúcar e do Alcool, em São Paulo, a fim de obviar a exigência do chamado sobrepreço de Cr\$ 2,00 por litro de aguardente, bem como a proibição, por parte do Instituto, do comércio de aguardente pelos atacadistas de álcool, consubstanciada no art. 3.º, § 1.º, letra *d*, e art. 10, da Resolução n.º 816, baixada a 25-6-1953.

As informações foram prestadas pelo Delegado da autarquia, além de outras, diretamente solicitadas ao seu Presidente. Por sentença que se encontra a fls. 271-276, o Juiz Nelson Pinheiro Franco repeliu a prejudicial de incompetência, que se levantara, e denegou a segurança.

Inconformada, agravou a impetrante, sustentando a ilegalidade e a inconstitucionalidade, não só da exigência do sobrepreço, como, também, da proibição do comércio de aguardente pelos atacadistas de álcool.

Contraminutou o Instituto, assistente da autoridade impetrada, reiterando e desenvolvendo os argumentos firmados na sentença. Esta foi mantida e, a fls. 312, a douta Subprocuradoria Geral da República opina pelo desprovimento do recurso.

E' o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro João José de Queirós (Relator) — Sr. Presidente, nego provimento ao recurso, para manter a sentença por suas conclusões.

No que toca à competência do Juiz *a quo*, ela, a meu ver, não padece dúvida. A segurança foi impetrada contra o Delegado da autarquia, em São Paulo, e não contra o Presidente, o que deslocaria a competência para o Juízo da Fazenda do Distrito Federal.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, já me pronunciei a respeito no mandado de segurança n.º 2.780, de 19-4-954, nos seguintes termos:

“Sr. Presidente, como Juiz de Primeira Instância, tive oportunidade de apreciar espécie semelhante. Cogitava-

se, então, de pedido de segurança formulada por Alberto Ferraz, fazendeiro em Resende, Estado do Rio, contra o Instituto do Açúcar e do Alcool. A impetração visava à mesma Resolução n.º 787, de 1953, ordem normativa de caráter geral. Decidindo pela improcedência do pedido, assim me expressei: “Convém ressaltar, inicialmente, que o impetrante se insurge contra a Resolução n.º 787, de 27-2-53, baixada pela Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool e publicada no *Diário Oficial* de 2-3-953. O aludido ato, firmado pelo Presidente do I. A. A., determina a requisição, a partir de sua publicação, de toda aguardente a ser produzida na safra 1953-54, estabelecendo a cota de Cr\$ 2,00 por litro, a acrescer no preço do produto que fôr liberado, para o fundo de fomento de política de transformação de aguardente em álcool anidro. Não foi indicado qualquer ato em concreto, referente à produção do impetrante. Tratar-se-ia, assim, de pedido de segurança contra uma resolução normativa de ordem geral e, como tal, insuscetível, de correção por esse meio processual especial. Carente seria, pois, o impetrante, quanto ao direito de pedir segurança, pelo menos enquanto não provada a existência de um ato, em concreto, relativo à sua produção ou à exigência da taxa de Cr\$ 2,00 por litro”. Como vê V. Excia., Sr. Presidente, encarei a espécie da mesma forma por que o fêz o eminente Relator. Mas, mesmo se admita caracterize a Resolução n.º 787 o ato em concreto que, embora não se referindo a determinada produção, nem a determinado produtor, incide, a grosso modo, sobre a totalidade da safra daquele ano, Senhor Presidente, seria de negar-se a segurança, dada a improcedência do que se alega: “Dada a improcedência do que se alega na inicial, toda estribada na pretendida inconstitucionalidade dos poderes atribuídos ao Instituto do Açúcar e do Alcool. A legislação baixada durante o chamado Estado Novo, nos termos do art. 180 da Carta outorgada

em 1937, não pode, só por isso, ser relegada, como inoperante ou contrária no regime estabelecido em 1946, com a promulgação da nova Constituição, democraticamente votada. Esta em certos pontos ainda mais avançada do que aquela, também possibilitava a intervenção estatal no domínio econômico, como expressamente estabelece o art. 146, invocado pelo impetrante. Não destoam d'êste princípio e se enquadram perfeitamente no vigente sistema constitucional os poderes atribuídos ao I. A. A. pelos Decretos-leis ns. 4.382, de 15-6-942, e 5.998, de 18-11-943, e por tôda a copiosa legislação a respeito da produção de açúcar e do álcool. São leis válidas, que excluem a invocação dos parágrafos 2.º e 14 do art. 141 da Constituição. Inadequada, também, a invocação dos arts. 15, inciso II, e 65, inciso II, da Lei Magna. Não se trata, na espécie, de tributo, no sentido em que se deve tomar a expressão. A cota de Cr\$ 2,00, a acrescer ao preço da aguardente liberada, é contribuição de natureza especial, fora das restrições constitucionais relativas a impostos e taxas". Sr. Presidente, em face dos esclarecimentos contidos no voto do Ministro Relator, concluo com S. Excia. Tenho como incabível o pedido de segurança contra a ordem normativa geral, já que nenhum ato em concreto é apontado pelo impetrante".

Acrescento a esse meu pronunciamento mais o seguinte:

No que toca à pretendida proibição de comércio de aguardente, eis o que diz o art. 3.º, § 1.º, inciso *d*, da impugnada Resolução n.º 516:

"Art. 3.º As firmas atacadistas interessadas no comércio de compra e venda de álcool deverão se inscrever previamente no I. A. A., para os fins de emissão das ordens de entrega, na forma do art. 1.º e do parágrafo único do art. 5.º do Decreto-lei n.º 5.998, de 18 de novembro de 1943.

§ 1.º Para os fins d'êste artigo as firmas deverão satisfazer as seguintes condições:

.....

d) não exercer o comércio de aguardente".

Pela letra do dispositivo citado, pode-se entender, realmente, que, aí, se proíbe o comércio de aguardente aos comerciantes de álcool, o que reputa, a recorrente, contrário à liberdade de comércio. A autoridade coatora, entretanto, esclarece o sentido daquele dispositivo de sua resolução, como se vê das seguintes informações:

"O objetivo da Resolução foi, apenas, o de resguardar o interesse da coletividade coibindo, a prática usual e quase incorporada aos hábitos do comércio de desdobrar álcool em aguardente pela adição de determinada quantidade de água, com nocivas conseqüências à saúde das populações. A êsses comerciantes que tenham a dupla qualidade, de negócios de álcool e de aguardente conjugados, não lhes está vedado o comércio da venda da aguardente ou do álcool, mas apenas o álcool a êles destinado será álcool desnaturado (alínea *f* do art. 4.º da Resolução n.º 816-53), isto é, álcool contendo determinada substância química inteiramente inofensiva que mudará, apenas, sua coloração e odor, dando ao produto côr fortemente leitosa e cheiro ativo *quando lhe fôr* adicionada qualquer quantidade de água. Daí a impossibilidade de desdobramento do álcool em aguardente, sendo aquela a única providência de que se pode lançar mão para alcançar tais objetivos, fazendo desaparecer hipotéticas fábricas de aguardente, na esteira do que se pratica nos Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra e demais países de alto grau de cultura e civilização. Assim, se o comerciante trabalha com os dois ramos, de álcool e aguardente, a êle será fornecido álcool desnaturado, na forma do que está previsto no art. 4.º, alínea *f*, da Resolução n.º 816-53, a fls. Não há, assim, a proibição para comerciar mas, apenas, uma medida que visa *regular o meio de exercê-lo*, e não a cassação da respectiva atividade".

Sr. Presidente, dentro dêsse entendimento claro que não está proibido ao recorrente o comércio de aguardente, salvo a restrição, que tenho como válida, do fornecimento de álcool *desnaturado*, a fim de que se evite a falsificação da aguardente.

Nego, pois, provimento ao recurso.

VOTO-VENCIDO

O Sr. Ministro Agunar Dias — Concedo o mandado. Considero inconstitucionais e ilegais as resoluções. Ferem a liberdade do comércio, ferem garantias constitucionais essas simples reso-

luções do Instituto do Açúcar e do Alcool.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte:

Por maioria de votos, vencido o Senhor Ministro Aguiar Dias, negou-se provimento. Não tomaram parte, no julgamento, os Srs. Ministros Djalma da Cunha Melo e Elmano Cruz. Os Senhores Ministros Sampaio Costa, Alfredo Bernardes, Cândido Lôbo e Mourão Russel votaram de acôrdo com o Relator. Presidiu o julgamento o Exmo. Sr. Ministro Cunha Vasconcelos Filho.